



ACÓRDÃO Nº 203/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10702/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Manicoré.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Manuel Sebastião Pimentel de Medeiros, Presidente da Câmara Municipal de Manicoré, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 145/2015 (fl. 494/502).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 529/2016-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 815/819).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Manicoré. Exercício 2014.

Contas Irregulares. Multas. Prazo. Cobrança executiva. Debito ao Sr. Paulo Vinicius Ferreira da Silva. Determinações à Câmara Municipal de Carauari.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com ressalvas a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Manicoré, sob a responsabilidade do Sr. **Manuel Sebastião Pimentel de Medeiros**, Presidente da Câmara, Exercício 2014, nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

9.2- Recomendar ao órgão que:

9.2.1- Implante fisicamente o seu órgão de Controle Interno;

9.2.2- Regularize o Portal de Transparência, atualizando-o em tempo real com informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, conforme determinação da Decisão n.º 02/2015, desta Corte de Contas;

9.2.3- Implante o Serviço de Informação ao cidadão, com instalações físicas de atendimento a interessados, de acordo com o estabelecido na Lei Complementar n.º 131/09, que alterou a Lei Complementar n.º 101/00;

9.2.4- Verifique a real necessidade de assessoramento jurídico, criando cargos e realizando concurso público para o provimento dos cargos de Procurador;

9.2.5- Lançar no sistema E-CONTAS (antigo ACP) todas as licitações realizadas pela Câmara de Manicoré;

9.2.6- Cumpra as formalizações estabelecidas na Lei n.º 8.666/93, quando da realização de licitações na modalidade Convite.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 203/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 02 de março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral